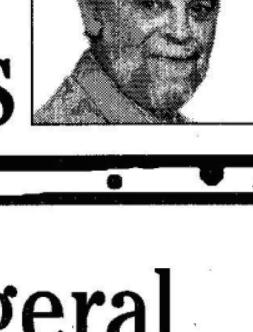


MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Mal-estar geral

- “O que o povo quer, essa casa faz”, costumava dizer Ibsen Pinheiro, quando presidente da Câmara. Ibsen teve o mandato cassado no escândalo dos anões do Orçamento, apesar de estar muito menos envolvido do que os quatro ladrões que escaparam, renunciando ao mandato. Tampouco era um Jader Barbalho, o que talvez seja um precedente a se considerar. A frase pode ser desmentida agora.

É mais improvável que se consigam as assinaturas que faltam na Câmara para a constituição da CPI da Corrupção, desejada por 84% dos brasileiros, segundo o Datafolha, que no Senado, onde só faltam duas ou três. Motivo: há muitos senadores que vão se candidatar ao governo de seu estado. Não assinando, a abstenção será certamente lembrada na campanha: “Se Fulano se recusou até a assinar a CPI, imaginem o que fará no palácio do governo”, dirão os marqueteiros adversários. Os senadores colocarão a vontade popular num dos pratos da balança e os favores oferecidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no outro.

Aliás, não há precedente de um presidente da República pressionar os parlamentares para impedir que seu governo seja investigado, como faz agora o senhor Fernando Henrique Cardoso. Imaginem o presidente Clinton oferecendo escancaradamente vantagens e empregos públicos aos parlamentares americanos para não investigar o caso da Monica Lewinsky. Por lá, isso se chama obstrução da Justiça.

É provável que o governo consiga impedir a instalação da CPI mista sobre corrupção. Não creio que seja um grande ganho para os seus adeptos. Como escreveu de forma lapidária o Véritimo: “Corrupção presumida é pior que corrupção investigada”. A presunção tende a ser maior que a realidade, mesmo num montuoso como o de hoje.

Barrar a CPI não aliviará o mal-estar que se sente no Congresso. Parlamentares de volta de seu estado contam que são interpelados na rua por conhecidos e desconhecidos, com perguntas do tipo: “O que você está fazendo naquela quadrilha?” ou “Você não tem vergonha de estar metido com aquela gente?” É o prejuízo à própria imagem da instituição, o que é péssimo para a democracia, porque não existe regime democrático sem o Congresso em funcionamento, respeitado pelos eleitores. Ainda quando se processavam as negociações para a eleição do senador Jader Barbalho, discutiu-se se a oposição à sua promoção era uma briga pessoal entre ele e o senador ACM ou um problema da própria sociedade. As pesquisas de opinião demonstram que a sociedade tomou o problema como seu e o quer ver esclarecido.

O líder do governo no Se-

nado, José Roberto Arruda, disse, com razão, que querer investigar tudo é não querer investigar nada. A mesma argumentação fora levantada pelo senador Roberto Freire, que solicitou um enxugamento da lista de negócios a serem investigados, para tornar as investigações eficazes. Quem solicitou o alargamento da pauta, como condição para assinar o pedido de CPI, foi Jader. É ele o principal interessado em que o inquérito do Banco Central sobre o Banco do Pará não venha a público.

Esses temas rondam as conversas dos parlamentares.

No entanto, a investigação que mais ocupou o tempo dos parlamentares foi o caso da P-36. O presidente da Petrobras e o da ANP passaram o dia depoendo no Senado e na Câmara.

Henri Philippe Reichstul disse o que, em síntese, publiquei na semana passada, entrado mais em detalhes, naturalmente. Falou da comissão de investigação interna, que quer a mais neutra possível. A busca dessa neutralidade é que o fazia ter reticências quanto à integração de um representante do sindicato dos petroleiros, de vez que os sindicalistas partem do princípio de que uma das prováveis causas dos acidentes recentes é a excessiva terceirização do pessoal que trabalha nas plataformas, e não só. O depoimento do presidente da Federação Única dos Petroleiros, Maurício Rubem, deu razão a Reichstul, de vez que gastou o seu tempo falando quase exclusivamente da política de terceirização e das relações de trabalho da empresa.

As acusações mais pesadas e, aparentemente, com maior base técnica foram feitas pelo presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira. Uma das possibilidades que levantou para o desastre seria a pressa com que se começou a exploração do campo de Roncador. O primeiro motivo seria impedir que a ANP leiloasse a área por R\$ 53 mil, como teria ocorrido em outros casos; o segundo, a necessidade de gerar divisas para diminuir o rombo nas contas externas. Ambos os argumentos foram contestados pelos interessados. “Isso é um delírio”, disse David Zylbersztajn, da ANP.

Nada disso, nem a CPI nem as causas do desastre da P-36, é de molde a levantar a moral dos políticos — a moral é de soerguimento difícil — ou da opinião pública.